



O GOVERNO DE TODOS NÓS

50 Anos de Poder Local Democrático (1976-2026)

Em 2026, celebramos os 50 anos da aprovação da Constituição de 1976 (CRP), que consagra a descentralização, democratização e alargamento das competências e responsabilidades do poder local, mas também os 50 anos das primeiras eleições autárquicas em democracia. No contexto desta dupla efeméride, o **Instituto de História Contemporânea**, no âmbito do seu **Programa de História na Esfera Pública**, propõe um conjunto diversificado de atividades, a desenvolver em parceria com municípios de todo o país, desocultando processos históricos cruciais para a compreensão da construção do Portugal democrático.

Antes da Revolução dos Cravos, o poder local encontrava-se coartado pela organização corporativa do Estado Novo. A Constituição de 1933 e o Código Administrativo de 1936/40 sujeitaram as autarquias à rigorosa tutela da administração central, responsável tanto pelo seu financiamento, como pela nomeação dos presidentes de câmara e dos regedores de freguesia. Os municípios, ao invés de constituírem os órgãos de poder mais próximos das populações, viam-se extirpados das suas atribuições, cerceando a iniciativa cidadã e impedindo a resolução eficaz dos problemas locais.

Uma das prioridades definidas no Programa do MFA foi a destituição dos governadores civis, mas foi a mobilização popular que assegurou a democratização do poder local, saneando os autarcas identificados com o antigo regime e constituindo comissões administrativas. Neste processo, assistiu-se a um inédito processo de participação social. As então designadas organizações populares de base mobilizaram as populações para a resolução dos seus problemas mais imediatos, desde o saneamento básico à criação de espaços públicos e equipamentos sociais. Os novos executivos eleitos, em estreita parceria com as associações, deram continuidade a esse trabalho, transformando profundamente os territórios e a qualidade de vida nos seus municípios, irreconhecíveis após 50 anos de poder local democrático.

Considerando este processo e mobilizando especialistas na história do passado recente, o Instituto de História Contemporânea oferece aos municípios a oportunidade de desenvolver uma ou mais das seguintes atividades:

EXPOSIÇÕES

À semelhança do trabalho já desenvolvido com o município da Amadora, propomos a realização de exposições dedicadas ao processo de democratização do poder local. Partindo de uma caracterização económica e social dos territórios e da organização do poder político no período do Estado Novo, ilustra-se a realidade local que antecede a Revolução. Esta é contrastada com o processo iniciado durante o período revolucionário, no qual a mobilização política e social assegura a reconfiguração do aparelho de estado, nomeadamente das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. Recupera-se a intervenção dos movimentos sociais, das Comissões Administrativas e dos primeiros executivos municipais, permitindo revalorizar o seu papel na defesa da participação cívica, na melhoria das condições de vida das populações, na salvaguarda do património e na valorização da cultura local.

A curadoria da exposição exige um levantamento bibliográfico e documental nos arquivos nacionais e municipais, bem como a recolha de testemunhos e acervos pessoais.

ARQUIVO ORAL LOCAL

Autonomamente ou em ligação com a atividade anterior, propõe-se a construção de um fundo de história oral que recupere os relatos de diferentes protagonistas envolvidos no processo de democratização do poder local, incluindo militantes de diferentes movimentos sociais (comissões de moradores, comissões de trabalhadores, cooperativas, entre outros), membros das comissões administrativas e primeiros eleitos/as. Trata-se de dar visibilidade a histórias de vida subsumidas nas narrativas gerais acerca do processo de democratização.

A constituição de um arquivo oral exige a realização de entrevistas em profundidade, a sua transcrição, descrição e indexação, assegurando, mediante o consentimento informado dos/as entrevistados/as, uma ampla divulgação.

VISITAS GUIADAS

A dinamização das exposições envolverá igualmente a realização de visitas guiadas, adaptadas a diferentes públicos e priorizando as comunidades educativas (tanto alunos/as como educadores/as). Para estas últimas, pode ser elaborado um kit didático de apoio à apresentação- interpretação das narrativas expositivas.

As visitas são guiadas pelos comissários/as das exposições ou, em alternativa, o IHC assegura ações de formação para que os funcionários/as municipais possam autonomamente assegurar a condução das visitas.

SESSÕES PÚBLICAS

As exposições podem ser acompanhadas de um programa de sessões públicas, incluindo conferências de especialistas em história local, entrevistas públicas a protagonistas do processo de democratização do poder local, mesas-redondas que promovem o encontro entre protagonistas e investigadores/as, entre outras atividades.

EVENTOS PÚBLICOS

Propõe-se, finalmente, a organização de encontros científicos e cívicos que assegurem um amplo debate sobre este processo histórico. Estes encontros convocam especialistas locais, nacionais e internacionais, não deixando de envolver os protagonistas e todos os/as munícipes interessados/as na história local.

Convidamos todas as autarquias interessadas a contactar-nos para o endereço historiapublica.ihc@fcsb.unl.pt, de forma a receberem uma proposta metodológica e orçamental detalhada e adaptada às suas pretensões.



O IHC é financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UID/04209/2025 e LA/P/0132/2020 (DOI: doi.org/10.54499/LA/P/0132/2020)